



Teologia na universidade: coisa eclesial ou coisa pública?

Theology in the university: ecclesial matter or public matter?

João Décio Passos*

Resumo: O artigo verifica a hipótese da *teologia pública*, dos pontos de vista histórico, epistemológico e político. O conceito diz respeito aos processos de legitimação da teologia como “ciência normal” no âmbito das instituições modernas, particularmente na universidade. Por sua natureza a teologia ultrapassa os espaços eclesiais nos quais encontra naturalmente inserida. No contexto brasileiro, ela carece ainda de uma exposição clara de seu estatuto epistemológico para que possa adquirir a legitimidade plena, para além das legitimidades políticas já conquistadas.

Palavras-chave: Teologia pública, universidade, legitimação e ciência.

Abstract: The article verifies the hypothesis of *public Theology* from the historical, epistemological and political points of view. The concept refers to legitimation processes of Theology as a “normal science” on the scope of modern institutions, particularly in the university. For its nature, Theology surpasses the ecclesiastic spaces in which it is naturally inserted. In the Brazilian context, it still needs a clear exposition of its epistemological statute, so full legitimacy can be acquired beyond the political legitimation already accomplished.

Keywords: Public theology, university, legitimation and science.

A afirmação do caráter público da teologia é um fato recente nas discussões teológicas e insere-se, evidentemente, no contexto da sociedade secularizada que retira a religião e seus agregados como autoridades instituídas na esfera das coisas públicas. Sobretudo no mundo latino, a teologia ficou cada vez mais confinada nos espaços eclesiais como coisa destinada à formação do clero, sem vínculos diretos com as ciências publicamente legitimadas e, por conseguinte, assumidas como disciplina componente dos cursos universitários. As universidades confessionais, cada qual a seu modo, insistiram em sustentar no rol de seus cursos superiores e

* João Décio Passos é livre-docente em teologia pela PUC-SP e professor associado do Departamento de Ciência da Religião, da PUC-SP, onde leciona no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião. É autor de diversos livros e artigos e um dos organizadores do *Dicionário do Concílio Vaticano II*, pela Paulus/ Paulinas.

no conjunto de suas áreas de conhecimento o ensino e a investigação da teologia. Mesmo nos mundos germânico e anglo-saxão, onde a teologia permaneceu dentro das universidades, incluindo dentre essas as universidades públicas, ela sustentou-se nesse ambiente sempre mais modernizado mais por razões políticas do que propriamente por razões acadêmicas ou epistemológicas.

Contudo, há que ponderar o qualificativo público quando aplicado à teologia. Não se trata do espaço público compreendido como realidade distinta do poder político que compõem as sociedades modernas, como define Charles Taylor,¹ mas de um público regido pelo poder político instituído, por meio de suas instituições e mecanismos de gestão das coisas públicas: no sentido específico da *res publica* moderna. Entretanto, se as coisas de Igreja deixaram de fazer parte das *coisas públicas* politicamente legítimas e ativas, não saíram por completo dessa esfera, uma vez que permaneceram sob os domínios comuns do povo em seus espaços comuns como um dado do cotidiano e do imaginário cultural. Mas, teologia enquanto conhecimento instituído perde seu espaço no exercício regular da pesquisa e do ensino controlados pelo Estado moderno em suas instituições de ensino.

Portanto, a teologia saiu dos domínios regulares da coisa pública, na medida em que a Igreja foi retirada do exercício do poder público e recuou para dentro de seus muros, tornando-se sempre mais uma entidade de autogestão permitida dentro da sociedade secularizada. A substituição da teologia política pela filosofia política² como base teórica e moral da nova ordem fez com que as coisas eclesiais perdessem sua legitimidade até então natural e necessária para a condução da vida social, política e cultural. Na parte latina do ocidente, a teologia sobreviveu como prática metodológica que se distanciou da vida acadêmica moderna publicamente legítima e foi decantando-se sobre si mesma como uma espécie de conhecimento esotérico destinado ao consumo interno de clérigos. Contudo, nesse contexto, a partir do final do século XIX, assumirá um caminho difícil de reencontro com o pensamento e as ciências modernas, habilitando-se gradativamente para ser inserida no estatuto das ciências pesquisadas e ensinadas nas universidades.

1. Colocação do problema

A teologia permaneceu numa zona de desconforto (a por vezes de conflito), na medida em que, de sua parte, a Igreja encontrava progressivamente seu espaço legítimo dentro das sociedades e do Estado moderno. A doutrina política moderna da liberdade religiosa fornecia as bases para esse ajuste político e garantia o

¹ Cf. C. TAYLOR, *Imaginários sociais modernos*, pp. 87-102.

² Cf. M. LILLA, *A grande separação*, pp. 59-107.

exercício das atividades religiosas não somente no âmbito intramuros das instituições religiosas, mas, também, em muitos casos, no âmbito público. As sociedades regidas pelos Estados democráticos não somente permitiram a presença ativa das Igrejas, bem como contaram com suas atuações públicas de muitos modos, o que contribuiu com a formação de seus próprios ideais, sobretudo nos campos da educação, da assistência social e da saúde. Tratava-se, evidentemente, de ações práticas que redundavam em benefício do próprio Estado.³ Com o campo das ciências, das teorias por assim dizer, não se deu o mesmo. As ciências em todos os seus contextos, o da pesquisa, o do ensino e o das aplicações, reproduziram de modo direto o imaginário das luzes que oferecia as bases doutrinárias para as edificações políticas e os ideários sociais modernos. A teologia não encontrava seu lugar legítimo (necessário e útil) nesse novo estatuto epistemológico e nessa nova ordem política, cultural e educacional. E as instituições de ensino superiores onde deveria estar presente moldaram-se aos padrões epistemológicos modernos, na medida em que se vinculavam às ciências modernas e aos próprios interesses dos Estados modernos secularizados. Pode-se dizer que as instituições modernas de ensino superior devolveram a teologia às Igrejas e essas, por sua vez, a assumiram como coisa eminentemente eclesial, distante e, em muitos casos, oposta ao pensamento moderno e às ciências de um modo geral. É, de fato, no contexto moderno que se pode verificar uma oposição crescente entre a teologia as ciências, de modo que em pólos radicalizados configuravam epistemologias mutuamente excludentes. A segunda metade do século XIX figura esse quadro de oposições, sobretudo na esfera das vigilâncias eclesiásticas e científicas. Uma teologia totalmente identificada com as igrejas se apresenta como ciência portadora da verdade, em nome dos fundamentos bíblicos (fundamentalismo protestante) e de uma tradição garantida por Deus (integrista católico). Cada vez mais autorreferenciada, a teologia foi tornando-se sinônimo de aversão ao pensamento moderno enquanto em luta permanente com as coisas modernas reivindicava um lugar público como portadora de uma espécie de verdade absoluta que deveria ser acatada inclusive pelo poder público. Da parte das ciências, a radicalização não foi menor, na medida em que relegava a teologia para o campo das coisas velhas que deviam ser superadas com o espírito novo das ciências.

No caso específico do Brasil ainda se vivem os resultados dessa separação.⁴ Mesmo após o reconhecimento civil dos cursos teológicos, a teologia ainda não encontrou sua legitimidade política dentro das instituições de ensino; tem, de fato,

³ Cf. J. HABERMAS, *Entre naturalismo e religião*, pp. 129-167.

⁴ Um balanço sobre a questão no Brasil pode ser conferido na coletânea: SOARES, A. M. L. – PASSOS, J. D. (Org.) *Teologia pública*; reflexões sobre uma área de conhecimento e sua cidadania acadêmica.

prevalcido na teoria e na prática o primado do vínculo eclesial em relação ao seu estatuto epistemológico próprio na esfera das ciências legítimas. No caso das universidades confessionais, tem sido comum o esforço das igrejas por assumirem o controle dos cursos e do ensino da teologia como ação decorrente de sua missão e autoridade; entendem sem maiores justificativas que a teologia é uma ciência sagrada e eclesial que se vincula por uma espécie de direito histórico às políticas e decisões eclesiásticas das autoridades locais. E não raro, a teologia é vista pelas igrejas como frente estratégica de inserção no mundo secularizado, como ação pastoral e não como exercício da fé pensada em diálogo com as ciências, como se formulava na baixa idade média nas universidades nascentes. As universidades não passam, nesses casos, de um meio instituído de expansão da fé cristã, através do ensino da tradição e da doutrina ou, no máximo, de um habitat propício à afirmação da identidade confessional.

O próprio Ministério da Educação não quis chamar para si as decisões a respeito da área de conhecimento instituída nos bacharelados de teologia, na medida em que delegou, de fato, às igrejas a discussão e decisão referentes aos conteúdos desses cursos; a regulamentação legal da teologia a assumiu a área como “coisa das igrejas” sobre a qual não deveria emitir juízos epistemológicos e não como coisa pública como ocorre com as demais ciências reconhecidas e supervisionadas como normais pelos órgãos do Ministério.

Às universidades restou a tarefa de oferecer os cursos segundo os parâmetros estabelecidos pelas igrejas, mesmo após a promulgação das Diretrizes Curriculares que emprestaram das ciências humanas alguns conteúdos e evitaram definir de modo claro e direto os conteúdos específicos da teologia.

2. Cenários universitários nos tempos modernos

Podem-se desenhar três cenários principais dessa presença da teologia na universidade. Um primeiro, herdeiro direto das *universitates* medievais, foi o das universidades eclesiásticas – particularmente as universidades romanas – que mantiveram a teologia como carro chefe de seus poucos cursos desde os processos de modernização das universidades no âmbito dos Estados modernos. Essas universidades foram, de fato, coágulos acadêmicos que subsistiram dentro do conjunto dos conhecimentos e das instituições modernas e mantiveram uma relação direta com a Igreja católica; reproduziram-se como coisa eclesial pouco interessada em obter legitimidade pública. Um segundo cenário foi aquele das universidades localizadas nos territórios das reformas protestantes, particularmente, na Alemanha, na Inglaterra e Estados Unidos. Nesses, a teologia permaneceu como curso superior regular, porém diretamente ligados à gestão acadêmica e política das

igrejas às quais se vinculavam, incluindo nessas a própria igreja católica. As teologias modernas europeias devem suas principais formulações a essas instituições. O terceiro cenário diz respeito às universidades inseridas nos Estados modernos como reprodutoras diretas de suas políticas. Aí, a teologia não foi contada como curso ou área de conhecimento legítimos, de modo a merecer reconhecimento e apoio como estudo relevante para a vida pública. Mesmo nas universidades confessionais em que a perfilaram entre os seus cursos superiores não contaram com o reconhecimento oficial dos Estados. Esse terceiro cenário predominou no ocidente latino e tem sido modificado em alguns países, como no caso do Brasil. Ainda que permaneça em busca de legitimidade como “ciência normal” no seio da comunidade acadêmica, ela possui hoje reconhecimento político como área de conhecimento. Segundo Thomas Kuhn, a ciência nasce da “pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Essas realizações são reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para sua prática posterior”.⁵ A teologia, embora porte esse lastro histórico, tornou-se estranha à cultura e às políticas acadêmicas em nosso contexto e ainda carece de legitimidade para que seja instituída como ciência pesquisada e ensinada no quadro regular das demais.

3. O que tem a ver a Igreja com a teologia?

O significado dessa interrogação possui diferentes conotações em função do contexto em que for feita. Interessa nessa reflexão a conotação local, decorrente do terceiro cenário. Nesse, encontra-se patente a busca da legitimidade pública da teologia em uma conjuntura de domínio histórico das igrejas sobre a área e os cursos. A universidade pública brasileira ainda não a incorporou em suas áreas e as universidades confessionais, onde se encontra alocada, padecem sempre mais dos controles das autoridades eclesiásticas. A solução política do reconhecimento não foi acompanhada, de fato, por uma solução epistemológica que oferecesse à teologia um lugar de ciência normal e legítima dentro das IES. Nesse sentido, a teologia ainda é uma ciência em construção em nosso contexto.

Contudo, a pergunta acima exige uma resposta ou, ao menos um balizamento, para que se possa avançar na direção da tão ensejada teologia pública. A teologia permanece ainda efetivamente entregue às igrejas, mesmo quando as conjunturas eclesiais, acadêmicas e políticas propiciam sua autonomia nos âmbitos do ensino e da pesquisa. Ela permanece, por ora, como filha adotiva da universidade cuja mãe biológica e de direito permanecem sendo as igrejas. A resposta pode ser elaborada

⁵ Cf. T. KUHN, *A estrutura das revoluções científicas*, p. 29.

em duas perspectivas que afirmam ao e mesmo tempo a inegável ligação umbilical da teologia com a igreja e sua ligação natural com a universidade, enquanto lugar de investigação e de ensino.

3.1. *As irmãs gêmeas*

A irmandade da teologia com a igreja é de sangue. As duas nasceram do mesmo útero histórico e se alimentaram do mesmo seio cultural e político, no decorrer da formação histórica do chamado ocidente. Compõem, portanto, dois pares que só podem ser entendidos de modo complementar e numa dialética que revela oposição, paralelismo e interação, a depender do contexto histórico.⁶ Contudo, é necessário observar que a Igreja exerceu um inegável protagonismo na construção dos paradigmas teológicos, no decorrer do tempo, seja no momento de reflexão sobre sua práxis ou de criação de suas instituições de ensino.

a) *A origem comum*

O cristianismo constitui a fonte comum de onde se arrancam construções teóricas e práticas que vão ocupando lugares específicos no decorrer da história antiga e, posteriormente, na história ocidental. É da experiência dos primeiros seguidores de Jesus Cristo que nascem tanto os modos de organização de vida dos grupos, a *ecclesia*, assim como os modos de pensar essas vivências. A tradição judaica - catalogada em textos transmitidos e interpretados - e o pensamento grego - transmitido por meio de textos destinados ao estudo e com métodos definidos - oferecem as bases para essa experiência. O carisma cristão original, entendido como salvação oferecida no tempo presente, constituiu uma nova demarcação no seio da tradição judaica que esperava o Messias redentor de Israel, e insere-se no fluxo dessa leitura de fé da história, enriquecido, ademais, com as referências metodológicas gregas que insistem e formular conceitualmente as experiências históricas. A comunidade cristã pensa a si mesma, a história e as realidades escatológicas como momento de realização da salvação. Em outros termos, pensa teologicamente a vida e vive-se comunitariamente o que a fé afirma e pensa como verdade. As raízes bíblicas da teologia e suas formulações posteriores têm como *zits in lebem* a Igreja e essa, por sua vez, se autocompreende a partir de uma elaboração cognitiva que vai se tornando sempre mais exigente do ponto de vista conceitual e metodológico. Os cristianismos vivido e pensado geraram simultaneamente a Igreja e a teologia na herança judaica, no contexto cultural grego e nas cidades greco-romanas. E, quanto mais se recuar no tempo, mais imbricadas se tornam essas experiências de vivência e de formulação do carisma cristão que se irradia.

⁶ Cf. P. NEMO, *O que é o ocidente?* pp. 45-82

b) A formação concomitante

A fé cristã tomou forma própria, na medida em que, no jogo dialético da relação com as suas raízes arcaicas e com a cultura de entorno, o mundo greco-romano, foi definindo-se como sistema distinto ou, em outros termos, construindo sua própria identidade. A Igreja e a teologia são aspectos de um mesmo processo de construção de si mesmo que o cristianismo forjou no âmbito de uma cultura e de uma ordem social e política que exigiam razão e ordem para as coisas, sem excetuar as coisas religiosas. Entre a Sinagoga e a cidade foi sendo construída a Igreja – a *ecclesia* – que se estruturou primeiramente como pequena agremiação de seguidores do carisma do crucificado-ressuscitado. As organizações eclesiais não tinham um modelo único, mas buscavam modos de organizar que dessem conta da nova forma de vida que advinha do Mestre de Nazaré, o Cristo de Deus. A Igreja foi sendo progressivamente estruturada, tendo como espelho símbolos políticos judaicos, práticas organizativas sinagogaais e experiências políticas e religiosas presentes no Império Romano. E no mesmo itinerário construtivo, entre a lógica grega e a hermenêutica hebraica, as experiências cristãs tomaram forma como tradição escrita e como sistema de doutrina. A teologia foi a postura/dimensão reflexiva da experiência cristã. Os cristãos, munidos de elementos reflexivos judaicos e gregos, foram construindo uma compreensão original de si mesmos, de modo distinto e daquelas das escolas gregas e das escolas judaicas. Pode-se dizer que o carisma cristão foi tomando forma com elementos arcaicos judaicos e com elementos emergentes do mundo greco-romanos.

O cristianismo se institucionalizou social e teoricamente, mostrando-se cada vez mais estruturado do ponto de vista da organização e da reflexão. A Igreja assumiu as formas políticas (geográficas e jurídicas) do Império Romano e as formas metodológicas da tradição filosófica grega em um processo circular em que a estruturação política era pensada teologicamente e a formulação teológica era amparada e justificada eclesialmente. Nesse sentido, deve-se afirmar que a Igreja gerou a teologia e a teologia gerou a Igreja. Ambas foram construídas no fluxo de um processo racionalizador que assumiu as formas de grandes instituições que sobreviveram para contar a história do mundo antigo e, mais tarde, do mundo medieval.

c) O protagonismo da Igreja

A Igreja foi no decorrer da história a instituição que promoveu a teologia como uma atividade correlata a si mesma: dimensão de sua institucionalidade que busca os meios racionais de fundamentar e de justificar sua natureza e missão. Além disso, a teologia fornecia os fundamentos da doutrina e, ao mesmo tempo, os métodos de exposição e sistematização dos conteúdos ali formulados. A

teologia é o momento da fé pensada, no mesmo instante em que a fé é vivenciada na comunidade, formulada institucionalmente e comunicada nas ações pastorais. Portanto, mesmo quando a Igreja cria suas instituições de ensino superior a partir do século XIII, mantém seu protagonismo na elaboração teológica como uma de suas tarefas primordiais. A fé que busca intelecção constitui um exercício natural da ação da Igreja que vai construindo um patrimônio que preserva como seu e como conteúdo de sua responsabilidade.

A história da teologia mistura-se com a história da Igreja e revela os seus posicionamentos em relação aos contextos em que se inseriu com seus sujeitos pensadores da fé. Não é possível, portanto, separar de modo nítido os modelos teóricos e metodológicos da teologia das opções eclesiais a eles vinculados, assim como não se pode separar dela as formações do cânon bíblico, do direito canônico e, mais remotamente, do próprio direito civil. O protagonismo da Igreja na formação do ocidente inclui de modo direto a teologia. A pergunta necessária é pela propriedade autoral da teologia. Serão os conteúdos teológicos formulados ontem e hoje uma propriedade cultural e política da Igreja? A teologia é *coisa eclesial* ou *coisa pública*?

3.2 A autonomia da teologia

A teologia tem vida própria, assim como a Igreja. Não há antecedência de uma sobre a outra, mas complementaridade. A teologia é um produto da longa temporalidade ocidental que teve como habitat natural a Igreja, como autores sujeitos eclesiais e como conteúdo muitas demandas eclesiais. Contudo, há que lembrar que, assim como outros produtos intelectuais, os produtos teológicos uma vez lançados ao público passam a ter vida própria, ou seja, adquirem uma objetividade que não pertence mais ao seu autor e, sequer, à instituição que os gerou como propriedade particular. De modo análogo, os paradigmas do direito não pertencem ao sistema judiciário, os produtos das ciências da saúde não pertencem aos Conselhos das diversas áreas, embora essas instituições possam exercer sobre eles uma vigilância ética e cognitiva.

No caso da teologia há que lembrar ainda algo fundamental na história do pensamento ocidental. As várias temáticas formuladas e transmitidas pela tradição teológica e eclesial foram quase todas elas em algum momento objeto de estudo de pensadores autônomos, filósofos e cientistas que, sem pedir licença à Igreja, ofereceram suas reflexões. Se a teologia pode ser encontrada na história da Igreja ela é também encontrada na história do pensamento ocidental como um acervo que é dado ao público crente ou descrente como objeto de estudo.

4. A teologia pública

É verdade que na baixa idade média a distinção entre as coisas da Igreja e as coisas públicas deve ser colocada em outra moldura política diferente da moderna. As coisas eclesiais são públicas, na medida em que a Igreja detém uma função cultural que se estende para a sociedade como um todo, tanto quanto o altar e o trono estão intimamente ligados, a fé e a ciência se articulam como exercícios da mesma razão que investiga e transmite a verdade. No entanto, naquele contexto, a teologia goza de relativa autonomia no claustro universitário, ambiente novo que dá os primeiros passos para configurar-se como comunidade politicamente autônoma. É verdade que nos tempos modernos a teologia perdeu essa conaturalidade com a academia, ao menos no lado latino ocidental.

4.1 A experiência das universidades nascentes

A própria expressão *universitas* designa a corporação autônoma que ensaia seus modos de fundamentação jurídica e de operação política, distintos da sociedade mais ampla, ainda regida pelos parâmetros da cristandade feudal. Nesse sentido, a teologia nasceu como curso superior, em um canteiro de autonomia que conheceu suas dificuldades ao confrontar-se com os severos controles eclesiásticos e, ao mesmo tempo, construiu seus primeiros estatutos autônomos sob a mesma guarda eclesial. A teologia universitária nasceu como um dos exercícios da razão que busca sua autonomia, sob o impulso das novas ciências aristotélicas e sob a guarda da corporação de saber de mestres e discípulos.

Se as *universitates* do século XIII estavam inevitavelmente inseridas no seio da cristandade e, portanto, submetidas aos controles da Igreja, elas não se restringiam, no entanto, a esses limites. A história desses controles narra, ao mesmo tempo, a história de uma autonomia que vai sendo construída sob os aspectos político e teórico. As condenações às obras aristotélicas mostraram sua força, mas logo em seguida o seu fracasso, na medida em que essas obras vão sendo rapidamente liberadas pela Igreja, sabendo que, na verdade, antes já haviam conquistado os cursos universitários.⁷

O quadro político e epistemológico é novo. A teologia não se restringe mais aos muros dos mosteiros e ao consumo clerical. O caráter público da universidade abre os estudos teológicos, assim como os filosóficos, jurídicos e médicos para um público mais amplo que habita as cidades e pode, agora, associar-se na busca do conhecimento. A teologia não está mais circunscrita ao universo especulativo monacal, regida pelos parâmetros metodológicos e doutrinários platônico-agostinianos; incorpora, agora, as interrogações e as contribuições aristotélicas, ciência nova e

⁷ Cf. H. RIDDER-SYMOENS, *Uma história da universidade na Europa V. I.*

pagã que chegara pelas mãos dos árabes à Europa católica e feudal. As Faculdades de Teologia compuseram as universidades junto com as demais como uma das ciências legítimas, do ponto de vista político e epistemológico. Tão dependente e tão autônoma quanto às demais ciências, a teologia adquiriu estatuto que a justificou como conhecimento e como curso superior, participou dos rumos teóricos e das práticas metodológicas e didáticas comuns e submeteu-se aos mesmos rituais acadêmicos exigidos para a obtenção dos títulos universitários.

4.2. *As universidades modernas e as teologias contemporâneas*

Já foi dito da perda de autonomia da teologia nas universidades modernas. Contudo, no mapa mais amplo das universidades, naqueles espaços em que sobreviveu com a tradicional legitimidade, concretamente nos ambientes reformados. Aí a teologia permaneceu como uma das ciências que compunham as universidades e trilhou caminhos próximos da filosofia, configurando novas sínteses à maneira da grande síntese escolástica medieval. As teologias contemporâneas elaboradas, sobretudo na Alemanha são o resultado dessa autonomia que não somente recolocou a fé em contato com as novas filosofias, mas também com as ciências modernas. Sem a autonomia reflexiva e o diálogo com o pensamento contemporâneo, a teologia contemporânea não teria sido formulada como foi e no tempo em que foi.⁸

São frutos desse contexto acadêmico, o uso das ciências modernas no estudo dos textos bíblicos, a reelaboração da teologia dogmática, a renovação da história da teologia e da Igreja, a recolocação das questões morais, a reflexão ecumênica e a abertura para as questões colocadas pelas realidades modernas secularizadas. Mesmo as teologias localizadas nos ambientes eclesiais foram renovadas a partir desses contatos estabelecidos com as ciências e as universidades modernas. Essas renovações foram realizadas de fora para dentro (da sociedade para a igreja) e não o contrário; vieram das interrogações modernas que provocavam as formulações antigas e dos esforços muitas vezes hercúleos de muitos em dialogar com as mentalidades e as ciências modernas. Desde o final do século XIX, mas, sobretudo, ao longo do século XX, a teologia incorporou regras científicas em sua elaboração, indo além dos velhos métodos dedutivos da lógica escolástica e das leituras bíblicas alegóricas e devocionais. Desde então, já não se pode mais desvincular a elaboração da teologia das regras gerais do conhecimento, de forma que em seu método se pode verificar um caráter comum às ciências normais que têm seu lugar na universidade. A teologia mistura-se metodologicamente com as ciências publicamente legitimadas nas instituições de ensino e aí elaboradas.

⁸ Cf. P. TILLICH, *Perspectivas da teologia protestante nos séculos XIX e XX*, pp. 96-151.

4.3. *A teologia como coisa pública*

Muitas coisas de Igreja se dão concomitantemente como coisas públicas. O patrimônio artístico-cultural conta com inumeráveis contribuições religiosas que compõem seus acervos e seus monumentos tombados como bem público; instituições de serviço social ligadas às Igrejas gozam de títulos de filantropia, como entidades de finalidade pública. No entanto, a teologia goza de um caráter público mais amplo: pertence a um patrimônio que se consolidou como tradição cultural comum do pensamento ocidental. Ela não pertence a nenhuma Igreja, na medida em que for entendida como esse patrimônio que, desde um tronco comum, pode desdobrar-se em diferentes tendências e diferentes pertencas confessionais. A sua publicidade reside primeiramente nesse tronco feito da longa tradição, dos métodos fundamentais do fazer teológico e do diálogo permanente com as ciências. A pergunta pela sua função social vem logo em seguida: para que e para quem se faz teologia? A reflexão teológica pode ser exercida em duas direções ou sobre dois objetos. Primeiramente sobre conteúdos da grande tradição judaico-cristã composta de documentos textuais milenares que testemunham e expressam de modo amplo e complexo concepções e práticas religiosas construídas nesse âmbito. A teologia é, ao mesmo tempo, o exame crítico desses conteúdos e, do ponto de vista histórico, um de seus componentes. Essa tradição, como já foi dito, mistura-se com a própria cultura ocidental, de forma que o seu estudo apresenta-se como dinâmica inerente às abordagens das várias ciências que acompanham a história e desenham em seu interior variados paradigmas. Nesse sentido, é necessário que a teologia seja devolvida às universidades como um de seus legados históricos.⁹ Em segundo lugar, pode-se definir teologia como abordagem valorativa da realidade, elaborada a partir de um horizonte de fé (conjunto de valores assumidos como pressupostos). Nesse caso, a reflexão teológica perfila o estatuto epistemológico de outras abordagens valorativas, tais como o direito, a ética e, em boa medida, a própria educação. A teologia exerce, nesse caso, uma função pública, quando oferece uma crítica utópica da realidade presente e apresenta parâmetros para a convivência humana. A teologia da libertação exerceu de maneira emblemática essa função ética nos diversos contextos em que foi elaborada; as questões das quais se ocupou faziam parte dos quadros contextuais onde estava situada e transpunham o que poderia ser circunscrito a temas estritamente eclesiais. A reflexão teológica contemporânea está apta a contribuir com a compreensão dos processos históricos, do ponto de vista das finalidades éticas da vida e da sociedade humana. A chamada teologia ecológica tem oferecido essa contribuição à tomada de consciência sobre as condições de vida planetária por parte de crentes e não crentes. A recente

⁹ Cf. A. PAUL, *A Bíblia e o ocidente*, pp. 383-387.

Encíclica do Papa Francisco é um resultado maduro e eloquente dessa abordagem e assume a função de falar à sociedade como um todo.¹⁰

O teólogo norte-americano David Tracy sugere uma classificação da teologia em função de seus interlocutores, de forma que se poderia falar em três disciplinas teológicas: a teologia fundamental situada dentro da universidade em diálogo com as questões científicas, a teologia sistemática que se dedica a estudar os temas relacionados à tradição eclesial e a teologia prática voltada para as questões advindas do contexto histórico-social.¹¹ Cada uma dessas abordagens em diálogo com seus distintos interlocutores possui exigências epistemológicas específicas e produz diferentes resultados na pesquisa e no ensino. O autor ensina que a teologia não se reduz ao universo dogmático próprio das tradições eclesiais, mas, ao contrário, está vinculada a espaços extra-eclesiais, do ponto de vista de seus objetos e métodos.

4.4. Incorporação dos métodos modernos

A teologia contemporânea saiu definitivamente dos espaços eclesiais, assumindo formas diversas e objetos diversos. Esse movimento se deveu ao esforço de muitos teólogos em dialogar com o mundo moderno, desde o final do século XIX. Foi na medida em que esses pensadores acolheram os valores e práticas modernas que a reflexão da fé assumiu de modo consciente uma relação crítica e construtiva com as realidades cada vez mais transformadas pelas autonomias e pelas ciências e tecnologias modernas. Os paradigmas construídos a partir desse relacionamento são vários e teceram a história da teologia no século passado.¹² Desde então não se pode mais pensar em teologia como reflexão à parte das ciências e à parte da sociedade. Os métodos e os objetos da reflexão teológica estão inseridos de modo direto nas realidades modernas vivenciadas e pensadas. E é no interior desses contextos e práticas que os paradigmas teológicos são construídos.

A teologia assumidamente contemporânea conecta-se à racionalidade moderna pelo viés das ciências que oferecem as mediações para os estudos de suas fontes (os textos bíblicos e os textos da longa tradição), assim como para o estudo da realidade atual em seus múltiplos aspectos (as diversas ciências humanas, mas também as ciências naturais). Vinculada, portanto, às fontes em permanente estudo e às realidades presentes em permanente mudança, a teologia assume uma postura de permanente elaboração e de diálogo com as ciências e de crítica ética da realidade. Esse duplo movimento praticado pelas teologias desde o século passado e assumido oficialmente pelo Concílio Vaticano II,¹³ a coloca entre as coisas

¹⁰ Cf. FRANCISCO, *Laudato Si'*.

¹¹ Cf. D. TRACY, *Imaginação analógica*, pp. 73-134.

¹² Cf. R. GIBELLINI, *A teologia do século XX*.

¹³ Cf. H. KÜNG, *Teologia a caminho: fundamentação para o diálogo ecumênico*, pp. 129-239.

pensadas segundo as regras da razão moderna, porém vinculadas a longa duração de seus paradigmas históricos.

No seu estado epistemológico atual, a teologia posiciona-se de modo dialético entre o passado e o presente, o que significa: do ponto de vista de seu discurso, articular a fé (valores) a razão (lógica), do ponto de vista das abordagens, utilizar-se da filosofia (as escolas clássicas e contemporâneas) e das ciências (as teorias e métodos modernos), do ponto de vista do vínculo histórico, confrontar o contexto (econômico, social, político, cultural) com as finalidades éticas (os valores universais da vida) e, do ponto de vista de seu lugar social, transitar entre o espaço confessional (as tradições e práticas eclesiais) e o espaço acadêmico (as exigências epistemológicas e acadêmicas). Trata-se, portanto, de uma reflexão que mantém as ligações rompidas entre pré-modernos e modernos, seja em termos de paradigmas teórico-metodológicos, seja em termos das relações entre as coisas eclesiais e públicas.

A prática teológica não pertence, portanto, a um grupo confessional ou a um magistério autoritativo, embora possa estar a eles vinculada. Ela está situada dentro das práticas científicas de ontem e de hoje, mesmo quando praticadas de modo direto no âmbito de uma comunidade eclesial e a serviço dela. Sem esse lastro teórico-metodológico, não há teologia no sentido preciso da abordagem; poderá haver reprodução catequética de doutrinas, porém não *fé pensada* ou *realidade pensada a partir da fé*. A teologia se constitui, portanto, pelos mesmos parâmetros das ciências normais, legitimadas publicamente nas comunidades científicas.

Coisa eclesial ou coisa pública?

Uma teologia pública pode ser definida como aquele *conhecimento que possui estatuto político-acadêmico de ciência normal e que exerce uma função social definida e reconhecida*. No que se refere à legitimidade, trata-se, ao mesmo tempo, do exercício da cidadania plena na comunidade científica e do reconhecimento legal por parte dos órgãos de direito; quanto à função social, diz-se de sua capacidade prática e teórica de expor sua relevância para a sociedade como um todo. O sujeito principal que detém controles sobre a área, no caso as Igrejas, por razões históricas, culturais e, até mesmo epistemológicas não fere, em princípio esse caráter público. As corporações instituídas de outras áreas/cursos executam vigilâncias epistemológicas e políticas (mercadológicas) com garantias legais sobre os mesmos sem transformá-los em coisa privada e sem legitimidade pública. Portanto, pode-se dizer que a coisa eclesial deve ser coisa pública, para que possa reivindicar seu lugar nas arcadas do saber legítimo.

O que estaria faltando à teologia para ocupar sem artimanhas políticas esse lugar? Certamente, antes de tudo, apresentar seu estatuto epistemológico sem receios confessionais. A prerrogativa concedida às Igrejas para elaborarem as Diretrizes do Curso por parte do ministério da Educação foi desperdiçada.

O resultado apresentado foi um composto de elementos confessionais intocáveis que permanecem mais ou menos explícitos (por vezes oculto) e empréstimos das ciências humanas que garantiriam sua legitimidade epistemológica por advirem das ciências normais. O estatuto próprio da teologia permaneceu em zona cinzenta; não mostrou sua consistência histórica e epistemológica. A legitimidade política se sobrepôs mais uma vez à epistemológica.

Todo conhecimento tem seus direitos acadêmicos garantidos – como área, disciplina, curso etc. – desde que exponha seu acúmulo teórico e sua consistência metodológica. Sem essa exibição primeira, toda legitimidade pode flutuar sobre os humores políticos das conjunturas governamentais. A ação política necessária para a legitimação dos conhecimentos tão fundamental no caso do Brasil exige que a teologia mostre sua consistência como conhecimento edificado sobre lastros teóricos e exposição de métodos.

Referências bibliográficas

- FRANCISCO. *Encíclica Laudato Si'*. Sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus/Loyola, 2015.
- GIBELLINI, R. *A teologia do século XX*. São Paulo: Loyola, 1998.
- HABERMAS, J. *Entre naturalismo e religião*; estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2007.
- LILLA, M. *A grande separação*; religião, política e o ocidente moderno. Lisboa: Gradiva, 2010.
- NEMO, P. *O que é o ocidente?* São Paulo: Martins, 2005.
- PAUL, A. *A Bíblia e o ocidente*; da biblioteca de Alexandria à cultura europeia. Lisboa: Edições Piaget, 2001.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- KÜNG, H. *Teologia a caminho*; fundamentação para o diálogo ecumênico. São Paulo: Paulinas, 1999.
- SOARES, A. M. L. – PASSOS, J. Décio. *Teologia pública*; reflexões sobre uma área de conhecimento e sua cidadania acadêmica. São Paulo: Paulinas, 2011.
- TAYLOR, C. *Imaginários sociais modernos*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2004.
- TILLICH, P. *Perspectivas da teologia protestante nos séculos XIX e XX*. São Paulo: ASTE, 2010.
- TRACY, D. *A imaginação analógica*; a teologia cristã e a cultura do pluralismo. São Leopoldo, 2006.
- RIDDER-SYMOENS, H. (Coord). *Uma história da universidade na Europa V. I*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.

Recebido: 21/02/2016

Aprovado: 29/02/2016